

**TRT-PR-04503-2009-071-09-00-9 - Publicação: DEJT 29-03-2011**

**ACO-11112-2011 - SEÇÃO ESPECIALIZADA**

**Relator: LUIZ CELSO NAPP**

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. EXECUÇÃO DE TAC. OBTENÇÃO DA TUTELA ESPECÍFICA.** Dispõe o art. 721 da CLT que incumbe aos Oficiais de Justiça a realização dos atos que lhes forem cometidos em decorrência da execução dos julgados das Varas do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho, sendo inviável transferir tal atribuição ao Ministério Público do Trabalho. É o Poder Judiciário que deve adotar as medidas concretas para o cumprimento de suas decisões, não podendo delegar referida função à parte interessada. Não é atribuição do "Parquet" trabalhista fiscalizar o cumprimento de decisão judicial (arts. 127 e 129, CF, c/c art. 83, LC n.º 75/93). Recurso a que se dá provimento.